

## VISÃO DO CORREIO

# Saúde sem privilégios

A covid-19 provocou um impacto sem precedentes no mundo, com repercussões em vários segmentos e em aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. A situação de pandemia foi considerada encerrada em maio de 2023, mas seus efeitos permanecem. Na saúde global, amplamente afetada, as lições são profundas — porém algumas delas parecem que não foram totalmente aprendidas.

O coronavírus afetou direta e indiretamente o bem-estar das pessoas. Diversos costumes das populações sofreram adaptações, mudanças ou, até mesmo, foram abandonados. A necessidade de conscientização sobre a saúde individual e coletiva se impôs de forma definitiva. No entanto, algumas convicções e práticas inadequadas causam apreensão.

Apesar da prova que a covid-19 deu ao planeta sobre a importância das vacinas, essa prevenção ainda é negligenciada por grupos diversos. Em 2023, mais de 60% dos municípios brasileiros não atingiram as metas entre 90% e 95% de imunização em relação ao calendário infantil, segundo o Ministério da Saúde.

Já a cobertura mundial de vacinação nessa faixa etária estagnou no ano passado, deixando 2,7 milhões de crianças sem imunização ou com doses insuficientes, em comparação aos níveis pré-pandêmicos em 2019, de acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Uma vez que as altas coberturas são essenciais para diminuir a circulação de vírus e outros micro-organismos nocivos, essa questão desperta para a importância de um esforço conjunto

visando à proteção das populações. Surtos de sarampo e a elevada incidência de doenças que já não preocupavam agora são uma realidade mundial.

Na última quarta-feira, a OMS anunciou que a mpox é, novamente, uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Segundo a entidade, o aumento expressivo de casos na África oferece um risco potencial de nova pandemia. A globalização sanitária, a exemplo do que aconteceu com o coronavírus, exige ações complexas e com ampla participação dos cidadãos.

A diferença entre países ricos e pobres não pode existir. Ao contrário. A garantia de saúde deve ser a mesma para todas as nações, num entendimento dos governos de que nenhuma fronteira pode barrar a circulação das doenças.

Outros registros significativos, como a crescente incidência de problemas crônicos não transmissíveis, se apresentam. Diabetes, câncer e moléstias cardiovasculares são algumas das enfermidades que têm registrado aumento pelo mundo.

Diante disso, a democratização da saúde, de maneira que permita o alcance a tratamentos e a oportunidade de cuidados, não pode ser apenas um conceito. Remédio, vacina, tecnologia e conhecimento médico precisam ser considerados bens e direitos da humanidade. A desigualdade de acessos potencializa o perigo coletivo de adoecimento e não faz sentido em um mundo que busca a dignidade para todos. Pensar a saúde sem privilégios é o caminho para superar os desafios globais que se impõem nesse campo.

*“Só me sinto feliz à noite, quando vou para a cama e meu gato de três pernas pula entre os lençóis e se acomoda ao meu lado.”*

**Alain Delon**  
1935-2024



## » Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.  
» E-mail: [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br)

## Poderes

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e seus asseclas do Centrão não precisam ficar raivosos com a decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspender a execução de emendas impositivas, que incluem as popularmente batizadas de Pix ou cheque em branco. Isso porque, no caso em discussão, os contra-argumentos apresentados de suposta ingerência do Judiciário no Legislativo e de que o ministro Flávio Dino, do STF, não conhece a realidade dos municípios brasileiros são improcedentes. O que o ministro decidiu e o plenário da Corte ratificou por humanidade foi a suspensão da liberação de verbas decorrentes dessas emendas até que a situação seja devidamente regularizada. A condição imposta é tão somente que os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência na aplicação do dinheiro público sejam respeitados na sua integralidade. Se os parlamentares assim procederem, com certeza, os riscos do surgimento de casos escabrosos, como o dos “Anões do Orçamento”, serão mitigados. Consequentemente, a tendência é de que o interesse coletivo prevaleça em relação ao particular na gestão orçamentária. Ademais, é oportuno lembrar que os Três Poderes da República são independentes, mas não são absolutos. É para isso que existe o mecanismo constitucional de freios e contrapesos, que visa possibilitar o controle recíproco, a fim de promover o equilíbrio no funcionamento da Administração Pública. Portanto, discordo da justificativa de invasão da competência de um Poder sobre o outro, tampouco do alegado desconhecimento da situação dos municípios brasileiros por parte daqueles cuja missão precipua é defender a Constituição.

» José Leite Coutinho  
Sudoeste

## Fome

Louvando a criação da Aliança Global contra a fome e a pobreza, a seu ver, “caminho promissor” no combate

## Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

## Difícil imaginar um brasileiro que não conheça o nome Silvio Santos.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

## Silvio Santos não queria ser idolatrado. Ele era totalmente diferenciado. Silvio era único.

Ivonete de Oliveira — Brasília

## Os domingos brasileiros...

E agora, o que dizer dos domingos do povo brasileiro? Começava com o Ayrton Senna e terminava com o Silvio Santos! Só podemos dizer: muita saudade e muito obrigado...

José R. Pinheiro Filho — Asa Norte

## Pais elegem filhos, que fazem os mesmos com seus descendentes... É o Brasil colonial em pleno século 21. Não à toa, o atraso é o perfil dos legislativos nacionais.

Joaquim Honório — Asa Sul

manidade. Faltam inteligência, bom senso e discernimento. Destruir o outro traz como consequência destruir a si mesmo. A lei da causa e efeito, da ação e reação, é inexorável, age independentemente da vontade humana.

» Humberto Pellizzaro  
Asa Norte

a um dos “maiores flagelos da humanidade”, o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, frisou no artigo Solidariedade sem fronteiras (edição do **Correio** de 16/08), que o Sistema Comércio desenvolve o programa Sesc Mesa Brasil, que este ano completa 30 anos. Tadros salientou que a iniciativa “é a maior rede privada de bancos de alimentos da América Latina, já tendo distribuído, nestas três décadas, mais de 770 milhões de quilos de alimentos, arrecadados junto a uma rede de parceiros nacionais e internacionais”. Roberto Tadros lamenta, com base em estudos do IBGE, que “cerca de 30% dos alimentos produzidos no Brasil vão parar no lixo”. Informou, nessa linha, que o Sesc Mesa Brasil “contribui na redução do desperdício, por meio de coletas junto a seus parceiros, proporcionando uma maior qualidade nutricional a esse público em situação de vulnerabilidade”.

» Vicente Limongi Netto  
Lago Norte

## Guerra

Israel e seus parceiros norte-americanos estão invadindo e atacando territórios estrangeiros soberanos, como Líbano, Irã, Palestina e Jordânia, sob o pretexto de prevenir ataques de terroristas sediados naqueles países. E isso também não é terrorismo? Mas parece que, na atual ótica diplomática e política mundial, eles podem. Na verdade, nenhum deles quer pacificar o Oriente Médio nem o mundo. Eles querem mais conflitos, mais guerras, tanto para os atuais mandatários se manterem no poder quanto para fomentar a indústria trilionária das armas. Questões climáticas e ambientais, assuntos dos mais prementes, para cessar a destruição do planeta Terra, ficam para depois. O que se gasta com guerras daria para recuperar todos os biomas do mundo, ainda produzindo, de forma sustentável, alimentos para toda a humanidade. Faltam inteligência, bom senso e discernimento. Destruir o outro traz como consequência destruir a si mesmo. A lei da causa e efeito, da ação e reação, é inexorável, age independentemente da vontade humana.



**ROSANE GARCIA**  
[rosanegarcia.df@dabr.com.br](mailto:rosanegarcia.df@dabr.com.br)

# É preciso plantar o feijão

Na semana passada, assistimos à aprovação da PEC da Anistia. Os parlamentares perdoaram os partidos que reduziram ou negaram financiamento às candidaturas de pretos e pardos nas eleições passadas. O efeito da PEC se estende ao pleito municipal deste ano e aos futuros. A previsão inicial é de que a perda dos negros será de pelo menos R\$ 1 bilhão no custeio de novas candidaturas. Mais uma vez, eles enfrentarão o subfinanciamento de suas campanhas para acesso aos espaços de poder nos legislativos federal, estadual e municipal. Não há como negar que o racismo, condenado na Constituição vigente e no Código Penal, segue sendo praticado de modo escamoteado pelos legisladores, que têm o poder de se autoperdoadem.

O último Censo Demográfico, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, revelou que 55,5% dos brasileiros se reconhecem como pretos e pardos. Mas as cotas raciais são apenas de 30% para esse grupo majoritário e divididas com os indígenas. A regra preserva a injustiça social e étnica-racial e os obstáculos históricos para o acesso a vagas de empregos, ao ensino superior, aos concursos públicos e tantos outros que possam significar ascensão social e econômica dos não brancos.

A norma, sem cerimônia, desconsidera o percentual dos afrodescendentes na composição do tecido populacional do país. Não há como negar que as cotas raciais reduziram o fosso socioeconômico que, etnicamente, divide a sociedade e sustenta o racismo, mas está longe — muito longe — de estabelecer equidade

entre negros e brancos. As cotas raciais foram, e continuam sendo, importantíssimas para que os negros ingressassem nas universidades. E, agora, tornaram-se norma nos concursos do serviço público. Um avanço considerável.

Mas não só isso. Para a professora e antropóloga Renata Nogueira, que ministra cursos de educação antirracista para professores, na Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação do DF (Eape), as cotas raciais impulsionam a identificação da população como negra, reduziram as desigualdades raciais, exibiram a construção de exemplos positivos que estimulam as pessoas a almejavam espaços sociais de prestígio, inserção nas universidades e no serviço público.

A professora Dione Moura, diretora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, vitoriosa na luta pela implantação das cotas, transformou inúmeras vidas. Mas ela se coloca contra os projetos que tornam as cotas permanentes. “Imagine que você tenha 10 sementes de feijão preto e decida separar duas para plantar e regar. Elas brotam e dão frutos. E as outras oito sementes que não foram plantadas? Não irão vicejar”, assim ilustra a professora o atual momento. Ou seja, o fosso entre pretos e brancos será preservado, mantendo a injusta desigualdade étnica-racial no país, que alimenta o descabido e criminoso racismo. A mudança só ocorrerá quando plantarmos todos os feijões, a fim de tornar letra viva o mandamento constitucional “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (artigo 5º).

## CORREIO BRAZILIENSE

*“Na quarta parte nova os campos ara E se mais mundo houvera, lá chegara”*  
Camões, e, VII e 14

**GUILHERME AUGUSTO MACHADO**  
Presidente

**Leonardo Guilherme Lourenço Moisés**  
Vice-Presidente executivo

**Ana Dubeux**  
Diretora de Redação

**Valda César**  
Superintendente de Negócios e Marketing

### VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
------------	---------	-----

DF/GO	R\$ 4,00	R\$ 6,00
-------	----------	----------

### Assine

(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

\* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

### Anúncio

**Publicidade:** (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp  
**Publicidade legal:** (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp  
**Classificados:** (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

### ASSINATURAS\*

SEG a DOM

R\$ 899,88

360 EDIÇÕES

(promocional)

S.A. CORREIO BRAZILIENSE - Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>  
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFE Agência Estado e DA Press. Tel: (61) 3214-1131

### DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

DA Press Multimídia  
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:  
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:  
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/  
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.  
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.  
E-mail: [dapress@dabr.com.br](mailto:dapress@dabr.com.br) Site: [www.dapress.com.br](http://www.dapress.com.br)